

**RESENHA DO TEXTO**  
**"O DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA (1930-1970) DE TAMÁS SZMRECSÁNYI"**

*Walmir Barbosa*

Tamás Szmrecsányi, nas "Considerações Preliminares", tece de início uma crítica às análises que não se apóiam numa visão sistêmica do setor agropecuário. Tais análises não permitiriam reconhecer, avaliar e quantificar os processos que interagem este setor ao setor industrial urbano, sob um capitalismo dependente e subordinado aos interesses dos grandes oligopólios multinacionais.

O autor propõe um esquema de análise do setor agrário subdividido através de 5 (cinco) subsistemas, a saber:

- a) subsistema de produção agropecuária (estrutura produtiva e dominante com relação aos demais);
- b) subsistema das atividades de suporte institucional (crédito, pesquisa, treinamento, assistência técnica);
- c) subsistema de fornecimento de insumos extra-setoriais (máquinas e implementos; fertilizantes, defensivos, etc);
- d) subsistema dos canais de comercialização (intermediários de vários tipos, cooperativas);
- e) e subsistema das unidades de transformação industrial dos produtos agropecuários (agroindústria em geral).

A visão sistêmica oportunizada por este esquema de análise permite, segundo o autor, considerar as relações de dependência mútua entre o setor agropecuário e os demais setores econômicos e do próprio Estado, classificar e caracterizar os estágios do padrão de desenvolvimento econômico implementado entre os anos 30 e 70 deste século e compreender as formas assumidas historicamente pelo setor agropecuário no referido período. O autor

adverte, contudo, que a aplicação do esquema de análise desenvolvido ao longo do texto se limita à reflexão do subsistema de produção agropecuária, que embora dominante e dialeticamente articulado aos demais, não desenvolverá a totalidade das análises e informações possíveis, mas apenas àquelas necessárias as relações do referido subsistema.

Para o autor, a economia brasileira conviveu com dois grandes padrões de acumulação. O primeiro se estendeu até mais ou menos 1930, era o denominado modelo primário exportador, ao qual correspondeu um setor agropecuário dominante produtor de produtos de exportação, mas também produtos de subsistência e produtos - secundariamente - comercializados nos núcleos urbanos. O segundo padrão de acumulação se estende de mais ou menos 1930 e se prolonga até os dias atuais. Ele teria convivido com uma fase de transição de uma economia primário-exportadora para a economia urbana e industrial, onde o setor agropecuário tem redirecionado a sua produção, conservando a produção para exportação, mas predominando a produção para o mercado interno (1930 à 1950); e uma fase seguinte quando foi intensificado os laços de dependência do setor agropecuário ao setor industrial, quando este passa a fornecer àquele bens de produção em larga escala e abocanha os seus crescentes ganhos de produtividade (1950 à 1970, período final estudado pelo autor).

O período de 1930 a 1970 conheceu profundas transformações e inscreveu características profundas à sociedade brasileira. Dentre elas, o autor destaca o caráter desigual e cronologicamente diferenciado das transformações que o desenvolvimento industrial provocou no setor agropecuário. O Sudeste, no qual os capitais se encontravam mais centralizados e concentrados em relação às demais regiões, integra uma grande região e a redefine numa divisão inter-regional do trabalho como fornecedoras de gêneros alimentícios e matérias primas e consumidores de industrializados. Ao longo desse processo provocou-se a ampliação dos mercados internos de gêneros alimentícios e de matérias-primas, expandiu-se a fronteira agrícola e a multiplicação dos estabelecimentos agropecuários, aumentou e diversificou a produção do setor, substituiu culturas e atividades estagnadas por outras dinâmicas e rentáveis e transformou as relações de trabalho e de produção. As regiões não integradas ao sudeste e/ou integradas a pólos urbanos (e em alguns casos industriais) com baixa composição orgânica de capital, conheceram transformações mais lentas e menos radicais no setor agropecuário.

Finalmente, no interior deste conjunto de transformações e independente da região analisada, o setor agropecuário se transformará num transferidor de rendas para o setor industrial - uma consequência da relação desigual dos termos de troca, quase sempre favorável ao setor industrial. Dessa forma o aumento da produtividade do trabalho não logrou, contudo, uma significativa acumulação de capital e/ou de rendas do setor agropecuário.

No tópico do texto dispensado para analisar o "Crescimento e Diversificação do Produto Setorial", o autor começa por questionar os dados referentes à análise dos setores econômicos, que são quase unânimes em apontar um baixo dinamismo do setor agropecuário. O autor relativiza estas conclusões afirmando que a produção do setor, quando confrontado com a população economicamente ativa (PEA) e a População Total (PT) aglutinados no setor há um superávit de excedente que em determinadas conjunturas pode superar o de outros setores. Por outro lado, ele chama a atenção ainda para o fato de que os dados analisados não levam em consideração a política de preços dos produtos agropecuários e a relação de troca sempre favorável ao setor industrial e que pesam desfavoravelmente no "confronto da produção entre setores". E, não menos importante, não consideram o deslocamento do setor agropecuário de atividades e funções por ele desenvolvidas e que passam para o setor industrial - em especial o setor de economia de subsistência camponesa.

O autor demonstra que a expansão contida do setor agropecuário se deveu também à pouca demanda urbana, mas ainda assim foi capaz de se adequar a demanda interna e externa gerando novos produtos como a soja, a pimenta-do-reino, e a juta nos anos 60.

No tópico "Divisão Regional do Trabalho e Expansão da Fronteira Agrícola" é considerada a expansão da fronteira agrícola em termos de estabelecimento de um simples povoamento de novas áreas por posseiros e ocupantes, ou em termos de envolvimento formal dessas áreas por empreendimentos capitalistas. A expansão da fronteira, para o autor estaria determinada pela criação de infra-estrutura (estradas de ferro e rodovias), pela oferta de veículos (caminhões e automóveis) e pela demanda da indústria e dos centros urbanos. Portanto, estaria condicionada pelo estágio da estrutura produtiva nacional, hegemônica pela oligopólios multinacionais.

A concentração industrial em São Paulo impulsiona a expansão da fronteira agrícola e determina uma divisão inter-regional do trabalho capaz de modificar o perfil social e econômico de municípios, Estados e Regiões. Analisando tabelas de dados levantados e

organizados pela Fundação Getúlio Vargas, o autor observa importantes transformações ocorridas no período de 1940 a 1970, que sinteticamente seguem abaixo:

a) Aumento sistemático das taxas de participação na composição da população economicamente ativa no setor agropecuário de Estados como Acre, Goiás, Maranhão, Amazonas, etc, que os transforma em áreas de imigração;

b) Os Estados com estas características compõe três regiões: Norte-Nordeste, Sul e Centro-Oeste, o que caracteriza múltiplas áreas de expansão da fronteira agrícola;

c) As taxas de participação da população economicamente ativa nesses Estados nem sempre corresponde as taxas de participação da população economicamente ativa do setor agropecuário;

d) A quase totalidade dos Estados do Nordeste e Minas Gerais ficaram no extremo oposto, ou seja, Estados em que a população economicamente ativa total, como no setor agropecuário, declinaram;

e) São Paulo e Rio de Janeiro tiveram declínio da população economicamente ativa do setor agropecuário, mas manteve a média geral dessa população graças a expansão dos postos de trabalho do setor industrial e de serviços;

f) Estados como Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina viveram uma manutenção e/ou expansão da população economicamente ativa do setor agropecuário devido a condição de satélite de São Paulo;

g) Estes Estados, juntamente com São Paulo e Rio de Janeiro, tiveram crescidos constantemente a sua participação na renda interna total;

h) Entre todas as regiões de expansão da fronteira agrícola, aquelas que tiveram maior dinamismo demográfico foram aquelas integradas diretamente ao pólo industrial do Sudeste;

- i) Em termos absolutos a população economicamente ativa incorporada no setor agropecuário cresceu em todos os Estados, a exceção de São Paulo e Rio de Janeiro;

Segundo o autor "a integração da economia nacional não se dá de maneira homogênea em todo o país; pelo contrário, geralmente apenas uma única região se torna palco da industrialização em sua fase superior, drenando recursos e mão-de-obra das demais; a concentração industrial que daí resulta tem como contrapartida a expansão e a especialização do setor agropecuário, tanto dentro como fora da região mais industrializada".

De forma integrada a tal processo, o setor agropecuário viveu um "crescimento para fora", ampliação da produção para exportação. Para além da demanda externa, embora o autor não tenha considerado, contribui muito as políticas econômicas de Estado para a atividade agropecuária informada pelo objetivo de gerar superávits comerciais para o qual os produtos primários de exportação cumpriam um papel de extrema necessidade. Atendendo a essas pressões e tendências a população do campo se modifica na sua redistribuição e na sua qualidade. A ocorrência de imigração e êxodo de população rural para o espaço urbano, quase sempre ocorrendo concomitantemente no mesmo Estado, é um exemplo das mudanças das populações do campo.

No tópico "Principais Determinantes do Aumento da Produtividade", o autor destaca de início o papel da expansão da fronteira agrícola que "(...) quando conjugada a um processo de industrialização cada vez mais intenso e as crescentes migrações rural-urbanas, não resulta numa mera reprodução ampliada do sistema produtivo preexistente. sobretudo a médio e longo prazo, este sistema não apenas se amplia, mas também, e principalmente, se transforma, com base numa crescente tecnificação do trabalho, no uso cada vez mais abrangente de recursos do solo e, portanto, numa produtividade cada vez maior da mão-de-obra e dos meios de produção que esta utiliza". Na verdade, o autor relaciona o aumento de produtividade a uma segunda fase da expansão da fronteira agrícola - que outros autores denominam por frente pioneira -, quando a lógica capitalista imposta pelos capitais e população dos centros industriais e/ou puramente urbanos reestruturam permanentemente formas de trabalho, técnicas de produção e produtos a serem gerados.

Nessa fase, que constitui se através de diversos "momentos", o aumento de produtividade estará sempre condicionada pelas demandas dos centros urbanos e industriais e pela integração orgânica dos setores econômicos, em especial o industrial como consumidor de produtos primários e criador de mercados para bens de produção por ele gerado. Outro fator que concorre para o aumento de produtividade é a disponibilidade de créditos conjugados com a desvalorização crescente do valor-produto do setor agropecuário, constante ao longo do período de 1940 a 1970.

Esses e outros processos não atuam de uma forma geral e absoluta no setor agropecuário. O autor chama a atenção para o fato de que a terra, como bem cujo valor se amplia com a expansão da fronteira agrícola e a expansão do capital e urbana, ela pode gerar uma renda da terra "naturalmente", conservando-se com atividades tradicionais e "desinteressadas" economicamente, ou mesmo improdutivamente, numa forma abertamente especulativa. O gado também estaria no âmbito desse quadro, na forma da criação extensiva e pouca especialização das matrizes leiteiras.

Com relação à "Evolução da Estrutura Fundiária e das Relações de Trabalho", o autor reconhece na transferência de renda do setor agropecuário para o setor industrial um elemento que tencionou no sentido da desigual distribuição de renda do setor e a conservação de formas de trabalho não-capitalista ou pré-capitalista; Isto, é claro, sem abstrair a manutenção de uma estrutura agrária que se caracteriza pela concentração e baixa remuneração da força de trabalho (em dinheiro, em produto ou mista).

Estes e outros elementos atuaram sobre a estrutura fundiária. A tendência imanente do desenvolvimento capitalista em separar produtor e meios de produção - ainda que aqui ou acolá possam assumir características que contrariem a tendência - combinada à forma concreta como o setor agropecuário se compôs no interior do padrão de acumulação, determinaram transformações importantes na distribuição das propriedades e sua participação no produto nacional total. Sinteticamente as informações do autor poderiam ser assim resumidas:

- grandes propriedades (1000h ou mais) - representa mais ou menos 1% das propriedades, pouca participação nas áreas de lavoura e pouco emprego de população rural;

- propriedades intermediárias ( 10 a 1000 h) - representa mais ou menos 60% das propriedades, é responsável por 3/4 das áreas de lavoura e emprega a maior parte da população do campo;

- pequenas propriedades (menos de 10 h) - representa mais de 40% das propriedades, muita participação nas áreas de lavoura e muita incorporação da população rural.

A tendência histórica tem se caracterizado pela diminuição do número das grandes e das pequenas propriedades, se multiplicando as propriedades intermediárias. Contudo, é justamente no contexto das propriedades intermediárias que a concentração de terras ocorre de forma mais intensa em torno das propriedades maiores - acima de 500 h. É também no seu interior que as empresas agrícolas mais têm se desenvolvido, controlando as maiores áreas de lavoura, grande parte dos gêneros alimentícios e matérias primas dirigidos ao setor industrial e urbano e empregado a maior parte da força de trabalho do campo.

Quanto à forma de trabalho é grande a parcela da população rural que compõe o "autônomo", ou seja, aquele que arrenda a terra, em especial os segmentos que não dispõem de capitais significativos, o que se traduz em aluguel de pequenas parcelas de terras e pouca disponibilidade de tecnologia. Com exceção dos Estados mais capitalizados - São Paulo e Rio de Janeiro - esse segmento ainda predominava no contexto da população trabalhadora rural em 1970. Os empregados, ou seja, trabalhadores proletários permanentes ou não predominavam em São Paulo e Rio de Janeiro no mesmo período, mas eram minoritários nas demais regiões, o que demonstra o atraso do avanço das relações de produção capitalista naquelas regiões.

Concluindo, as análises que o autor desenvolve sobre o setor agropecuário durante o período de 1930 a 1970 comprovam a sua hipótese geral, qual seja de que os grandes capitais tenderam a ser investidos no setor tendo em vista acumular lucros via produção ou especulação em torno das terras. Portanto, o bastante para caracterizar como de natureza capitalista o setor agropecuário brasileiro é integrado ao padrão de acumulação implementado a partir de 1930.

**Fonte:**

- SZMRECSÁNYI, Tamás. O Desenvolvimento da Produção Agropecuária (1930-1970), in: História Geral da Civilização Brasileira. Organizador Boris Fausto, Editora Difel, São Paulo, 1984.